

Emília Soares do Patrocínio e as pretas minas do mercado

Rio de Janeiro, século XIX

Emília Soares do Patrocínio y las pretas minas del mercado

Rio de Janeiro, siglo XIX

Juliana Barreto Farias*

Resumo: Partindo da trajetória da liberta mina Emília Soares do Patrocínio, pretendo discutir, neste artigo, como as africanas e africanos da Costa da Mina, no Rio de Janeiro conhecidos como pretas-pretos minas, se inseriam e se organizavam no principal centro de abastecimento de gênero alimentícios do Império brasileiro no século XIX, a Praça do Mercado, também chamada de Mercado da Candelária. Nesse percurso, buscarei destacar as interconexões entre gênero, identidade étnica, trabalho, casamento e liberdade.

Palavras-chave: mulheres, africanas, minas, mercado, Rio de Janeiro, casamento, identidades

Resumen: A partir de la trayectoria de la liberta mina Emília Soares do Patrocínio, pretendo discutir, en este artículo, como las africanas y los africanos de la Costa de Mina, en Río de Janeiro conocidos como pretas y pretos minas, se insertan y se organizaban en el principal centro de abastecimento de géneros alimentícios del Imperio brasileño en el siglo XIX, la Plaza del Mercado, también llamada Mercado del Candelaria. Así, buscaré destacar las interconexiones entre género, identidad étnica, trabajo, matrimonio y libertad.

Palabras clave: mujeres, africanas, minas, mercado, Rio de Janeiro, matrimonio, identidades

* Professora Adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Campus dos Malês/BA) e do Programa de Pós-Graduação em História “Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras” da UNEB (Salvador). Com pós-doutorado em História da África pela Universidade de Lisboa e Doutorado em História Social pela USP. Autora, entre outros livros e artigos, de *Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2015; e *Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, com Flávio Gomes e Giovana Xavier. São Paulo: Selo Negro, 2013.



Esta fotografia foi publicada, com algum destaque, na primeira página da edição de 30 de outubro de 1905 da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Não sabemos quem foi o autor da imagem ou mesmo da pequena biografia que a acompanhava. Porém, temos certeza (não necessariamente absoluta) da identidade da mulher negra postada no seu centro: tratava-se de Tia Faustina, “preta velha” considerada como o “último vestígio dos africanos” da Praça do Mercado do Rio.¹ Longe da expressividade da “mulher do mercado” captada por Marc Ferrez lá pelo ano de 1875, a quitandeira aparecia ali quase indistinta, ao lado de dois homens negros bem trajados, todos próximos a um dos portões do mercado.

Embora fugidio, esse registro revelava uma africana que estava na Praça há “um ror de anos”. Numa época em que a “gente de nação” estava desaparecendo e “cedendo lugar aos brancos”, a “preta velha” persistia com seu tabuleiro, onde frutas se misturavam a “figas de guiné, sabão da costa, urú [sic] e outras coisas interessantes”, como informava o periódico. E ainda diziam que ela “tinha dinheiro”. Para o (desconhecido) redator, isso era mesmo bem provável. Mas nada que se comparasse à Tia Christiana, que vendia “bolos de acarajé” perto do quartel-general e tinha uma (exagerada) fortuna “superior a 300 contos”. “Rica ou pobre”, concluía o jornalista, Tia Justina era “um tipo tradicional, conhecida e falada há muitos anos no mercado”².

Desde pelo menos meados de 1905, a *Gazeta de Notícias* vinha saudosamente destacando os tipos e “tradições” do principal centro de abastecimento da cidade, que “sobrevivia” naquele mesmo local desde a década de 1830. Mas o grande “ventre do Rio”, com toda sua “balbúrdia”, já

¹ *Gazeta de Notícias*, 30 de outubro de 1905, p. 1. A foto e o texto-legenda que a acompanham foram publicadas sob o título “Tia Justina”. Agradeço à Silvana Jeha a indicação desta notícia.

² *Gazeta de Notícias*, 30 de outubro de 1905, p. 1.

parecia não caber mais na nova cidade que se “civilizava”. No antigo largo do Moura, próximo à estação em que atracavam as barcas da Cantareira, um outro – e mais imponente – mercado já começara a ser erguido. Só que muita gente nem queria saber ou acreditar: “Praça Nova? Qual! Isso não é para os nossos dias, nem nossos netos verão”, insistiam³.

Ainda assim, as “velhas relíquias da cidade” iam rapidamente sumindo, se modificando ou “ruindo as tradições”, e o melhor seria “conservar pela gravura a lembrança” daquelas que ainda resistiam. Na *Gazeta* de 23 de julho de 1905, um longo artigo recheado de fotografias, com o inequívoco título de “Praça do Mercado”, não deixava os cariocas esquecerem de um dos “monumentos mais conhecidos e mais gravados na memória popular”. Com uma prosa nostálgica, quase uma marca dos textos sobre o mercado em 1905, o redator – que também não dizia seu nome – já na abertura evidenciava seus sentimentos (ou do próprio jornal?) sobre aquele pedaço do Rio de Janeiro. Num futuro que parecia bem próximo, sabia que novos edifícios iam substituir os atuais e era muito provável que ninguém ousasse “aventar preferência por estes”. Por isso mesmo, fazia questão de destacar que:

nós que já somos apenas de hoje mas um pouco também de ontem não deixaremos de acalentar, bem escondida, envergonhada de mostrar-se ante a geração de amanhã, admiradora de avenidas e palácios, uma saudade por este Rio que vai desaparecendo em tormentos de pó [...]. Não nos envergonhemos ainda desta situação, principalmente agora que sentimos que a cidade se limpa e se enfeita e, pois que também concorremos para a reforma, ao menos com o nosso aplauso e a nossa quota de contribuintes, fotografemos o Rio atual para que mais tarde se o possa confrontar com o que já nos vai aparecendo e se evidencie à admiração dos pósteros o nosso trabalho de Hércules⁴.

E um dos trabalhos era justamente percorrer a praça do Mercado da Candelária, o mais popular dos monumentos citadinos que, tal qual uma Fênix, renascia e remoçava periodicamente (até aquela data havia escapado de quatro incêndios). Mas nem assim perdia seus “hábitos”:

A preta mina vendendo fruta, a baiana oferecendo angu, o pescador da rampa abrindo ostras sobre a banca de madeira muito lavada onde o peixe reluz ainda úmido ao sol da manhã. Lá se vêem ainda os mesmos *restaurants* e cafés, os mesmos açougues e casas de louça...Só os homens mudaram; uns morreram, outros retiraram-se ricos, outros mudaram de profissão. Mas vieram novas caravanas laboriosas, a Bahia mandou-nos algumas vendedoras de angu; Maricá despachou para a rampa outros pescadores. Hoje, há pela praça mais que afeto, mais que

³ *Gazeta de Notícias*, 23 de julho de 1905, “Praça do Mercado”, p.1.

⁴ *Idem*.

amor, mais que paixão: há verdadeira, sincera, profunda idolatria. [...] A velha praça mantém-se de pé, firme como um rochedo, resistente à transformação da cidade, alimentando-a como uma prodigalidade de matrona que alimenta a prole⁵.

Só que a “velha matrona” não teve forças diante das tantas reformulações por que a cidade passou durante a administração do prefeito Pereira Passos. Em verdade, as discussões em torno da construção de um novo mercado já haviam sido iniciadas na Câmara Municipal em janeiro de 1891. Contudo, ele só foi oficialmente inaugurado em dezembro de 1907, e suas portas abertas ao público dois meses depois⁶. Nos dias de hoje, seus únicos, e desconhecidos, vestígios materiais se resumem aos contornos da antiga doca do mercado, lugar onde aportavam muitas embarcações trazendo produtos das áreas suburbanas do Rio e do outro lado da Baía de Guanabara. Uma invisibilidade que também reverberou, por longo tempo, no universo historiográfico e mesmo nas reflexões mais gerais sobre o Rio de Janeiro.

Entre tantos estudos e pesquisas sobre a cidade do Rio, apenas uma única obra falava mais detidamente sobre a história e o funcionamento desse grande centro de compra e venda de gêneros alimentícios: o livro *Mercados no Rio de Janeiro (1834-1962)*, organizado e publicado de forma independente por Samuel Gorberg e Sérgio Fridman. Embora não apresentassem uma análise mais aprofundada do local, os autores forneciam indicações preciosas sobre acervos e documentos que poderiam ser esmiuçados⁷. Partindo desses indícios, iniciei minhas investigações no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e, não sem surpresa, me deparei com um conjunto de mais de vinte códices organizados sob a rubrica “Mercado da Candelária”. Esquadrinhando ainda mais o acervo, localizei informações e fontes diversas em outros tantos volumes de manuscritos sobre “comércio de peixe”, “pequena lavoura”, “barracas nas praias do Peixe e de D. Manuel”, “infrações de posturas”.

Em meio a um universo tão rico – e praticamente inexplorado (não era raro encontrar

5 *Gazeta de Notícias*, 23 de julho de 1905, “Praça do Mercado”, p.1.

6 Para mais detalhes sobre as discussões na Câmara, as obras e o funcionamento do próprio mercado municipal, ver: GORBERG, Samuel & FRIDMAN, Sérgio. *Mercados no Rio de Janeiro: 1834-1962*. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003, p. 48-107; SOUZA, Vitor Leandro de. *Mercado Central do Rio de Janeiro: modernidades e resistências cotidianas nas primeiras décadas da República*. Dissertação de Mestrado em História Social, UFRJ, 2015.

7 FRIDMAN, Sérgio A. & GORBERG, Samuel. *Mercados no Rio de Janeiro, 1834-1962*. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003. Como “historiadores diletantes”, os dois autores começaram a se dedicar à pesquisa e à preservação depois de deixarem outras carreiras profissionais. Samuel largou a engenharia civil e passou ao “negócio de importação e às atividades ligadas à preservação da memória histórica, tais como a administração de seu acervo de livros, revistas e afins, tendo por foco a História do Brasil e, em particular, a cidade do Rio de Janeiro”. Sérgio Fridman também teve trajetória semelhante: trocou a advocacia na área imobiliária pela atividade de pesquisador da cidade do Rio, tendo publicado outros livros sobre seus bairros e monumentos. E mais uma paixão os uniu: a coleção de cartões-postais da cidade, muitos dos quais reproduzidos nesse livro, que teve pesquisas, diagramação, impressão e publicação realizadas pelos próprios autores.

páginas coladas) –, fui descobrindo mapas de bancas e planos para construção de pavilhões, pedidos de licenças, relatórios de fiscais, abaixo-assinados, testamentos e até certidões de casamento e óbito. Nesse conjunto, homens e mulheres identificados como “minas” ou de “nação mina” apareciam arrendando bancas no interior da praça, envolvidos em contendas com mercadores, assinando petições ao lado de “brasileiros” e portugueses ou, ainda, encaminhando solicitações para filhos e viúvos continuarem com os negócios de seus falecidos parentes. Mesmo contando com mais de 100 bancas internas, com *chalets*, tabuleiros e quitandas instalados nos seus arredores, o grupo de mercadores da praça não era tão grande e nem parecia variar muito ao longo do tempo. Em geral, os banqueiros ali ocupados faziam e desfaziam sociedades com seus próprios contrerrâneos ou com trabalhadores de outras origens, ficavam no mesmo lugar durante anos (caso dos pretos minas) ou transferiam os arrendamentos para seus parentes e patrícios.

À medida que percorria os livros do Arquivo da Cidade, montava pequenos quebra-cabeças, descortinando trajetórias e estratégias individuais e também percebendo especificidades de cada grupo. Depois de elaborar uma espécie de “fichário sistemático”, reunindo informações e vicissitudes biográficas de pretos minas e de negociantes de outras procedências, parti em busca de mais informações em outras instituições. Num sinuoso método de “ligação nominativa de fontes”, fui encontrando mais detalhes sobre suas vidas e seu trabalho no mercado em processos cíveis, testamentos, inventários e cartas de alforria guardados no Arquivo Nacional, e também em registros de casamento, batismo e óbito, e mesmo nas ações de divórcio do acervo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

O resultado dessa pesquisa está no livro *Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*, no qual examino como escravos e libertos africanos procedentes da chamada Costa da Mina – quase todos originários das chamadas “terras iorubás” – se inseriam e se organizavam no principal centro de abastecimento de gêneros alimentícios da capital do Império brasileiro⁸. Nesse percurso, as mulheres minas ganharam um inequívoco destaque; reconhecidas por quase toda a cidade como grandes negociantes, donas de cativos e cativas de sua mesma origem e detentoras de um expressivo patrimônio, que incluía sobretudo joias e prédios. Evocá-las em 1905 não era, portanto, mero saudosismo ou uma crítica velada aos novos tempos. Vejamos por que, seguindo a trajetória de uma outra “tia africana”, a forra mina Emília Soares do Patrocínio.

8 FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015.



Essa vendedora negra foi registrada na Praça do Mercado do Rio pelo fotógrafo Marc Ferrez. Talvez em 1875. Não há indicações sobre seu nome, sua idade ou tampouco sua origem. Ainda assim, sempre quis acreditar que se tratava da mina Emília Soares do Patrocínio. Naquele ano, ela era uma das últimas africanas que ainda alugavam bancas no interior do mercado, oferecendo diariamente frutas, legumes, aves e ovos. E já havia completado mais de trinta e cinco anos de trabalho ininterruptos. Por que não acreditar então que, na hora de captar uma quitandeira no principal mercado da cidade, o grande “fotógrafo de vistas e panoramas” do Rio oitocentista tenha surpreendido a mais antiga delas? Ou, quem sabe, tal impressão, no limiar de uma certeza, estivesse mesmo relacionada ao meu próprio *ingresso* – logo transformado em *permanência* – naquele espaço? Afinal, foi justamente por meio da Emília que cheguei até ali. E foi também por meio dela que decidi permanecer. De um jeito ou de outro, a imagem de Ferrez tornava Emília e outras africanas do mercado ainda mais “reais”.

Foi em 2003, quando ainda finalizava minha dissertação de mestrado, que encontrei Emília Soares do Patrocínio pela primeira vez. Ao analisar trajetórias dos minas que ainda viviam no Rio de Janeiro em fins do oitocentos e nas primeiras décadas do século XX, privilegiei um grupo que praticamente monopolizava o carregamento de mercadorias e o comércio dos mais diversos produtos pelas ruas da cidade. Nessas andanças, muitos conseguiam juntar recursos suficientes para comprar a própria liberdade. E seguindo indicações do jornalista João do Rio, numa crônica publicada na *Gazeta de Notícias* de 13 de maio de 1905, com o sugestivo título de “Negros ricos”, concluí que alguns deles, quando libertos, podiam mesmo formar “pequenas

fortunas”⁹.

Embora tenha conseguido perceber como era, de fato, possível percorrer esse trajeto, não localizei, naquela época, tantos “negros ricos” como apontados pelo cronista carioca. Talvez por ter, prioritariamente, me baseado em processos criminais, textos publicados na imprensa e licenças de *ganho* expedidas pela Câmara Municipal. Ainda assim, entre aqueles que pareciam minimamente afortunados, incluí a liberta mina Emília Soares do Patrocínio. Como possuía pelo menos um escravo crioulo *ganhando* pelas ruas e havia ocupado um cargo de prestígio na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, confraria católica criada pelos minas no século XVIII, sugeri que Emília devia ter algumas posses e desfrutava de um “certo *status social*”¹⁰.

Para os propósitos daquele estudo, essas conclusões bastavam. Mas, já com a dissertação pronta e defendida, decidi continuar buscando os tais africanos e africanas ricos para entender o que o trabalho nas ruas ou no dito “pequeno comércio” *realmente* lhes proporcionava. Foi então que retomei a trajetória da Emília. Ao localizar seu inventário *post-mortem* no Arquivo Nacional, com a descrição de todo o patrimônio que acumulara até 1885 (ano de seu falecimento), percebi que as sugestões de João do Rio faziam mesmo algum sentido. Além de contar com bancas na Praça do Mercado, armações para galinhas e tabuleiros de quitanda, ela possuía três casas, dez cativos, joias e outros objetos, que, juntos, contabilizavam mais de 30 contos de réis. Num tempo em que a propriedade escrava ia se tornando cada vez mais escassa e o custo de vida só aumentava no Rio de Janeiro, os investimentos e bens angariados por ela mostravam-se bem expressivos. Mas como uma ex-escrava africana reuniu todo esse patrimônio? Sozinha? Como ela e seus “parentes de nação” se organizavam ali? Para tentar responder essas e outras questões, partirei das experiências de Emília e de outras africanas e africanos com os quais ela conviveu no mercado e em diferentes espaços do Rio de Janeiro, argumentando como suas experiências nos permitem estabelecer interconexões entre gênero, etnicidade, casamento, liberdade e trabalho¹¹.

9 O artigo de João do Rio, com o título de “Negros ricos”, foi publicado na *Gazeta de Notícias* de 13 de maio de 1905. Examinei esta crônica em um dos capítulos de minha dissertação, mais tarde publicado numa coletânea organizada por Mariza de Carvalho Soares. FARIAS, Juliana Barreto. *Entre identidades e diásporas: negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*. Dissertação de mestrado em História, PPGHC-UFRJ, 2004, capítulo 1; e “Ardis da liberdade: trabalho urbano, alforrias e identidades”. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007, pp.238-246. Uma análise do documento também está em: FARIAS, Juliana Barreto. “Descobrimos mapas dos minas: alforrias, trabalho urbano e identidades, 1800-1915”. In: FARIAS, J. B; GOMES, Flávio dos Santos & SOARES, Carlos E. L. *No labirinto das nações: Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pp. 105-148.

10 AGCRJ, Códice 6-1-54: Escravos ao ganho e escravidão, p. 73. Emília solicitava, em 1861, licença para que seu escravo Constâncio, *crioulo*, andasse *ao ganho* nas ruas do Rio. Cf. Livro de Entrada de Irmãs na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (Arquivo da Irmandade, documento sem catalogação). Emília Soares teria entrado na irmandade em 1846, quando residia na Rua do Cano, 100. Dois anos depois, Bernarda Soares do Patrocínio, filha de Emília, foi registrada na irmandade.

11 Já abordei a trajetória de Emília Soares do Patrocínio em outros artigos, tanto analisando sua experiência enquanto negociante na Praça do Mercado e dona de cativos e cativas, como também partindo de sua história de vida para discutir as possibilidades de abordagem de temas “sensíveis” de nossa historiografia nas salas de aulas. Cf. FARIAS, Juliana B. “De escrava a Dona: a trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX”. *Locus*, revista de História, Juiz de Fora, vol. 18, n.02, p. 13-40, 2013; FARIAS, Juliana B. “Ser escrava de

Nos registros oitocentistas, raramente apareciam os locais exatos de onde os africanos procediam. Em seu testamento, Emília se refere, de forma muito vaga, à Costa da África. Na documentação municipal sobre a Praça do Mercado (conhecida também como Mercado da Candelária), não localizei qualquer informação sobre sua origem. Só fui descobrir sua “nação” africana nos assentos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, onde ingressou em 1846, e num ofício que enviou à Câmara Municipal pedindo licença para que seu escravo crioulo trabalhasse ao *ganho* nas ruas do Rio. Nos dois casos, ela foi identificada como “mina” ou de “nação mina”.¹²

Desde pelo menos princípios do século XVIII, a expressão designava, na cidade do Rio de Janeiro e em outras partes do Brasil, escravos e libertos africanos procedentes da costa ocidental, também chamada à época de Costa da Mina. A área ganhou esse nome depois da construção, no século XV, do Castelo de São Jorge da Mina (ou Elmina), empreendimento da Coroa portuguesa na antiga Costa do Ouro, atual Gana. Nos primeiros tempos do tráfico transatlântico, o termo mina era usado para designar todos os cativos oriundos de diversos reinos, vilas e grupos étnicos da região. Pouco a pouco, a Costa da Mina passou a abranger, de forma mais precisa, a Costa dos Escravos, isto é, a costa a sotavento do Castelo de São Jorge, que se estendia do delta do rio Volta, em Gana, até a desembocadura do rio Níger, na Nigéria. E mina indicava então quase todos os povos da Baía do Benim, no que hoje corresponde a três países: Togo, Benim e Nigéria.

Assim, os locais de onde efetivamente os pretos minas provinham podiam ser bem diferentes em termos de geografia, grupos étnicos, línguas, culturas, meio ambiente, práticas econômicas ou modelos de organização política. Longe de guardar correlações estritas com as formas de autoidentificação correntes nas mais diversas regiões da costa ocidental – no que se refere a seus nomes e a sua composição social – a chamada nação mina era tanto uma construção forjada no âmbito do comércio negreiro, como na própria experiência dos africanos. Mesmo “compulsoriamente” nomeados pelo sistema escravista, os homens e mulheres assim reagrupados adquiriam, aos poucos, sentido em si mesmos, formulando suas próprias regras e redefinindo os limites indicativos de afiliação ou exclusão que orientavam o comportamento de seus membros e serviam para classificar socialmente os demais. Desse modo, num processo de

ex-escravos: ensino de história, historiografia e "temas sensíveis". In: Giovana Xavier. (Org.). *Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Fino Traço MC&G Editorial, 2016, p. 213-229.

¹² AGCRJ, Códice 6-1-54: Escravos ao ganho e escravidão, p.73. Emília solicitava, em 1861, licença para que seu escravo Constâncio, crioulo, andasse ao *ganho* nas ruas do Rio. Cf. Livro de Entrada de Irmãs na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia (Arquivo da Irmandade, documento sem catalogação). Emília Soares teria entrado na irmandade em 1846, quando residia na rua do Cano, 100. Dois anos depois, Bernarda Soares do Patrocínio, filha de Emília, foi registrada na irmandade. Mais adiante, voltarei a tratar sobre sua participação na confraria.

apropriação, os nomes de nação tornavam-se o ponto de partida para a reconstrução de processos de identificação mais inclusivos. Convivendo em ruas, irmandades, festas religiosas ou grupos de trabalho, os minas encontravam semelhanças linguísticas e comportamentais, crenças e lugares de procedência em comum e, a partir daí, criavam grupos mais amplos e com uma autoconsciência coletiva.¹³

Embora as estimativas sobre os africanos ocidentais no Rio ainda sejam imprecisas, é possível estimar que os cativos vindos das áreas de língua gbe (como os fon e mahi) se destacavam no século XVIII, ao passo que os iorubás começaram a ser importados em maior número a partir do final do século XVIII, passando a majoritários ao longo do oitocentos¹⁴. Em todo esse período, homens e mulheres minas sempre estiveram, numericamente, em minoria no conjunto da população escrava da capital carioca, já que os africanos desembarcados na cidade eram, em sua maior parte, da costa centro-ocidental, como os chamados angolas, benguelas, cabindas, cassanges, congos e rebolos.¹⁵ Entre 1800 e 1843, segundo os cálculos da historiadora Mary Karasch, dos mais de 600.000 africanos que aportaram no Rio de Janeiro, apenas 1,5% eram originários da costa ocidental.¹⁶ Por sua vez, os dados compulsados pelo projeto *The transatlantic slave trade*, para o período de 1801 a 1825, apontam 175.200 iorubás desembarcando na Bahia (e lá identificados como nagôs) e apenas 1.000 no Rio de Janeiro. Já entre os anos de 1826 e 1850, 116.200 ficaram na capital baiana e 28.400 seguiram para o Rio.¹⁷ Certamente neste último grupo estavam tanto os escravos destinados ao Vale do Paraíba e ao sul em geral, como aqueles chegados ilegalmente – depois do fim do tráfico – e recolhidos pela Comissão Mista.¹⁸ Se pelo menos 10% deles tiverem permanecido na cidade, como propõe Mariza Soares, sua presença já seria bem significativa.¹³

A esses contingentes juntavam-se ainda os escravos que chegaram à Corte com o “êxodo

13 Para consulta aos autores que vêm abordando a questão da identidade mina, ver, entre outros: SOARES, Mariza. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, especialmente o 2º capítulo, “O comércio com a Costa da Mina”, pp. 63-92; OLIVEIRA, Maria Inês. “Quem eram os negros da ‘Guiné’? A origem do A origem dos africanos da Bahia. *Afro-Ásia*, n.19/20, 1997, pp. 37-73. PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 27-29; LAW, Robin. “Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo ‘mina’”. *Tempo*, UFF, Niterói, vol. 10, n. 20, jan-jun/2006; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. L. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

14 SOARES, Mariza C. “From Gbe to Yoruba: Ethnic change and the mina nation in Rio de Janeiro”. In: CHILDS, Matt D. & FALOLA, Toyin (eds.) *The yoruba diaspora in the Atlantic world*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004, pp. 231-247.

15 KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 52. Cf. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

16 KARASCH, op. cit, pp. 67 e segs.

17 ELTIS, David. “The diaspora of yoruba speakers, 1650-1865: dimensions and implications”. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt (orgs.) *The yoruba diaspora in the Atlantic World*. Bloomington: Indiana University Press, 2004, pp. 30-31.

18 Sobre os africanos livres no Rio de Janeiro, especialmente minas, ver: MANIGONIAN, Beatriz. “Do que o preto mina é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, pp. 71-95.

mina” que partira de Salvador após a revolta dos malês, em 1835. Quinze anos depois do levante, os minas perfaziam, conforme as análises do historiador Thomas Holloway, 17% e 8,9%, respectivamente, dos cativos africanos e da população geral do Rio.¹⁹ Ainda que fossem pouco expressivos na demografia do tráfico, eles desempenhavam um papel social bem particular e determinante no quadro da escravidão urbana do Rio, como vêm mostrando diversos estudos recentes.

Nesses movimentos transatlânticos, onde estaria Emília Soares do Patrocínio? À luz da documentação disponível, não tenho como precisar quando ou de onde ela veio exatamente. Não obstante, alguns registros permitem – às vezes de forma mais subtendida – descortinar alguns detalhes sobre sua procedência. Assim como também é possível estimar, a partir de um cálculo aproximado que envolve suas datas de nascimento, alforria e falecimento, os períodos (e até mesmo as regiões) de sua provável partida do continente africano e desembarque no Brasil. Por essas avaliações, concluí que Emília nascera no ano de 1805, em algum ponto da costa ocidental que não consegui determinar. No Rio de Janeiro, só fui encontrá-la pela primeira vez em maio de 1836, época em que era escrava de Teodora Maria do Patrocínio e batizava uma filha, a “inocente” Luzia, na freguesia de São José.

Nascida apenas dez dias antes, Emília não informou o nome do pai da menina, mas seus padrinhos eram os escravos José e Antonia (não sabemos se da mesma senhora). Durante pelo menos mais três anos elas continuaram vivendo juntas com Dona Teodora. Até que, em 30 de julho de 1839, a preta mina comprou a própria liberdade, pagando-lhe 500 mil réis. Só não levou consigo a filha. Alguns meses antes, sua senhora havia passado uma carta de alforria para Luzia, mas com a condição expressa de servi-la até sua morte. Ou seja, a “inocente crioula” continuava, na prática, como cativa. E assim permaneceu por mais 18 anos. Somente em 28 de outubro de 1857, “atendendo ao honesto procedimento pelo que se faz credora de toda amizade e desvelo”, a senhora revogou a obrigação imposta naquela primeira carta e lhe permitiu que finalmente ganhasse sua liberdade.²⁰

As alforrias, mesmo quando pagas, acabavam, afinal, dependendo das vontades senhoriais. Não bastava simplesmente possuir o equivalente a seu preço. Para receber a carta de liberdade, muitas vezes era necessário acionar as mais variadas estratégias de convencimento. Ao que tudo indica, Emília não encontrou muitas dificuldades para alcançar sua própria libertação,

¹⁹ KARASCH, op. cit, pp. 67 e segs.

²⁰ As informações sobre o batismo e a alforria de Luzia Maria do Patrocínio constam da habilitação matrimonial desta com Marcolino Ferreira da Costa, aberta em 23 de agosto de 1873. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (doravante ACMRJ), Habilitação matrimonial, Número 36001, Caixa 2060, 1873, pp. 6-7. Essa história de Emília e sua filha é bem diferente, por exemplo, daquela vivida pela quitandeira Antonia, natural da Mina, que brigava na justiça para reaver sua filha do senhor Boaventura Joaquim Gomes, também um alforriado mina. Esse caso é analisado por Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 237-238.

concedida, como era costume explicitar nos documentos, “em atenção aos bons serviços prestados”.²¹ Porém, parece não ter tido argumentos ou dinheiro suficientes para persuadir Teodora Patrocínio a também alforriar sua filha. Mas por que não o fez nos anos que se seguiram? Não foi exatamente pela falta de recursos. Ao longo do período em que Luzia seguiu escravizada, a preta mina tornou-se locatária de bancas na Praça do Mercado, comprou escravos e escravas minas em momentos distintos e alforriou muitos deles por altos valores. Possivelmente, havia alguma resistência de Teodora ou de seus familiares, ainda que não tenha encontrado maiores indícios de atritos entre eles. Ou talvez Luzia tenha se ligado com tal “amizade e desvelo” a Dona Teodora que não quis deixar sua companhia para viver ao lado da mãe e dos irmãos. O que, decerto, não a impediria de também frequentar a casa de sua família. Infelizmente, não pude desatar os nós dessa história.

De todo modo, se levarmos em conta que, em geral, eram necessários de dez a quinze anos para um cativo juntar recursos suficientes para adquirir sua carta de alforria, podemos supor que Emília tenha chegado à Corte nos anos 1820 ou 1830, período em que o tráfico na costa ocidental concentrava-se nas terras ocupadas pelos iorubás. E como apenas uma pequena parcela de escravos partia diretamente da Costa da Mina para o Rio de Janeiro, boa parte poderia, na verdade, ter saído da Bahia ou de outras províncias nordestinas entre as décadas de 1830 e 1850. Quem sabe Emília também estivesse incluída nessas levas. Conjeturas à parte, o certo mesmo é que, uma vez liberta, ela rapidamente se (re)integrou à comunidade de africanos minas, especialmente os também alforriados, que vivia na capital do Império.

Diariamente, pretos e pretas da Costa da Mina encontravam escravos e forros de sua nação em casas, irmandades, mercados e ruas do Rio de Janeiro oitocentista. Não por acaso, eles também eram os principais escolhidos como seus companheiros, namorados ou cônjuges. Muitos começavam a se relacionar já nos tempos do cativo. E quando, enfim, conquistavam a liberdade, corriam, quase literalmente, até a Igreja mais próxima para oficializar suas relações conjugais²².

21 AN, 20 Ofício de Notas, Livro 66, fl. 189 v.

22 Discuto de forma mais ampla a importância do casamento para os minas que trabalhavam na Praça do Mercado, especialmente entre as décadas de 1830 e 1870, em minha tese de doutorado: FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese de Doutorado em História Social, USP, 2012, especialmente o capítulo 4, “Trabalho e vida conjugal”. Ver também o artigo: FARIAS, Juliana Barreto. “Fortunata et João José ‘parents de nation’. Mariage et divorce chez lês Africains de l’ouest à Rio de Janeiro au XIXe siècle”. *Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, nº 1, mai 2012, pp.79-102. Ao examinar testamentos e inventários de forras minas nas cidades do Rio e de São João del Rei ao longo do século XVII e nas primeiras décadas do XIX, Sheila de Castro Faria constatou um outro padrão: em geral, essas mulheres – que não sabemos se trabalhavam com

Com Emília Soares do Patrocínio não foi muito diferente. Exatamente seis meses após comprar sua alforria, em 1839, ela casou-se na igreja de São José com Bernardo José Soares, também liberto mina. Não sabemos como os dois se conheceram ou se estavam juntos desde quando eram escravos. Mas ambos moravam na freguesia de São José. Nessa época, Bernardo já havia se livrado da escravidão, pertencia à Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia e negociava aves e verduras na banca 96 do Mercado da Candelária desde pelo menos 1840.²³ Em pouco tempo, o casal teve três filhos: Bernardo Soares de Mesquita; Antonio Bernardo Soares e Emília (que faleceu com apenas poucos meses de idade e foi enterrada naquela irmandade). Quando contavam seis anos de casados, Bernardo teve complicações no fígado e morreu no dia 6 de outubro. O corpo foi “encomendado” em sua própria casa pelo coadjutor Manoel José da Silva e outros seis sacerdotes, que seguiram em “enterro solene para a igreja de Santa Efigênia”, onde foi sepultado.²⁴

Em 1851, Emília decidiu novamente se unir na Igreja Católica, agora com o ex-escravo mina Joaquim Manuel Pereira. A cerimônia, realizada na matriz de Sacramento, aconteceu apenas poucos meses depois de Joaquim ganhar sua liberdade na freguesia de Vitória, província do Espírito Santo. Nos trinta anos seguintes, eles residiram no número 114 da rua da Lampadosa (atual Luís de Camões), também em Sacramento. Não sei se era uma casa de cômodos ou um cortiço, mas ali coabitaram, às vezes em períodos diferentes, homens e mulheres minas que mantinham fortes laços de amizade e solidariedade. Como o vendedor de peixe Francisco Manoel José e sua mulher Umbelina Maria Rosa, e Antonia Rosa e Januário Francisco de Mello, velhos parceiros de moradia, fé e labuta na Praça do Mercado.²⁵ Neste grande centro de abastecimento da capital do Império, Emília e Joaquim também se mantiveram lado a lado durante longo período. De princípios da década de 1850 até meados dos anos 1880, o casal vendeu quitandas em três bancas. E após a morte da preta mina, em janeiro de 1885, seu marido continuou à frente dos negócios até pelo menos 1890, quando perdi seus rastros.²⁶

quitandas ou mercados dessas cidades – não se casavam e formavam espécies de famílias femininas com suas escravas também minas. Cf. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras*. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700-1850). Tese de Professor Titular defendida junto ao Departamento de História da UFF, Niterói, 2004, p. 235; “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII-1850)”. In: SOARES, Mariza. C. *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007, pp. 101-134.

23 ACMRJ, Livro 5 (Casamento de pessoas livres da paróquia de São José), 1840; Para conferir o período em que eles ocuparam bancas na Praça do Mercado, consultar: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ), Códices Mercado da Candelária, 1832-1885.

24 O registro de óbito de Bernardo Soares está em: ACMRJ, Livro 12, Óbitos de pessoas livres e escravos da freguesia do Santíssimo Sacramento, 1843-1848, fl. 175 v.

25 ACMRJ, Livro 8 (Casamento de pessoas livres da matriz do Sacramento; 1851-1860), fl. 83 v.

26 AN, 20 Ofício de Notas, Livro 66, fl. 189 v.

Instalada à beira da Baía da Guanabara, nas proximidades do Largo do Paço (atual Praça XV de Novembro), a Praça do Mercado – também chamada de Mercado da Candelária ou da Praia do Peixe – ocupava todo um quarteirão e dividia-se em três grandes áreas: o *centro*, destinado para venda de hortaliças, legumes, aves e ovos; o *lado do mar*, para peixe fresco, seco e salgado; e o *lado da rua* (voltado para a rua do Mercado e o Largo do Paço), para cereais, legumes, farinha e cebolas.²⁷ Na Praça das Marinhas, em frente à doca contígua ao mercado, desembarcavam os gêneros da roça e o pescado que escravos e outros trabalhadores traziam em *canoas de ganho*, saveiros, faluas e barcos vindos das zonas suburbanas do Rio de Janeiro e das áreas rurais de Niterói.

Os gritos dos negros que transportavam cestos de peixes ali na beirada faziam o norte-americano Thomas Ewbank lembrar de disputas muito semelhantes travadas no rio Níger, na região da atual Nigéria.²⁸ Bem próximo, lavradores, seus consignatários, negociantes e quitadeiras vendiam, revendiam e compravam “gêneros de primeira necessidade”, como frutas, ovos, legumes e cereais, “sem o menor abrigo, apenas algumas pequenas barracas volantes ou algum chapéu de sol”.²⁹ E ainda havia os *pombeiros* (mercadores avulsos de peixe) que, apesar das proibições, serviam como intermediários entre pescadores e consumidores. No início do século XIX, eram sobretudo os cativos das “nações” mina, cabinda e congo que se ocupavam do “negócio de *pombear*”. Mas, a partir da década de 1850, libertos africanos e crioulos, brasileiros brancos, portugueses e até mesmo chineses também passaram a se dedicar a este ramo do pequeno comércio.³⁰

Mas tornar-se um locatário nem sempre era tão fácil para esses antigos escravos. Embora os aluguéis não fossem proibitivos (e pudessem variar bastante de ano a ano ou de uma banca a outra), era necessário dispor de “capital” e crédito suficientes para montar – e sobretudo manter – os negócios.³¹ Afinal, para armar uma quitanda de verduras, frutas e aves, uma barraca de peixe

27 Administrada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Praça do Mercado da cidade – também conhecida como Mercado da Candelária ou Mercado da Praia do Peixe – foi definitivamente inaugurada em 1841 (as obras começaram em 1834) e permaneceu no mesmo local, às margens da baía da Guanabara, até 1908, quando foi demolido para construção de um novo mercado municipal.

28 AN, 20 Ofício de Notas, Livro 66, fl. 189 v.

29 EW BANK, Thomas. *A vida no Brasil, ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 84.

30 Sobre os *pombeiros* no Rio de Janeiro oitocentista, ver: FARIAS, Juliana Barreto. “*Pombeiros e o pequeno comércio no Rio de Janeiro do século XIX*”. In: SOARES, Mariza de Carvalho e BEZERRA, Nielson Bezerra (orgs.). *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVI-XIX)*. Niterói: Eduff, 2011, pp. 175-193.

31 Para termos uma ideia de como os investimentos podiam ser elevados, vejamos os valores empregados numa sociedade entre cinco portugueses estabelecida em 1867, para compra e venda de peixe salgado, cebolas, alhos e comissões em sete bancas da Praça. O capital da sociedade era de dezesseis contos e quinhentos mil réis, divididos entre os sócios. José Bessa Teixeira, por exemplo, entrava com quatro contos e trezentos mil, ao passo que Antonio Gonçalves Vieira e Antonio de Bessa Teixeira despenderam, cada um, dois contos e oitocentos mil. Com esses recursos totais, era possível comprar pelo menos dez escravas minas, que nessa época chegavam a valer de um conto

ou um pequeno armazém de louças, precisavam de bancadas, tabuleiros, armações, estantes, mesas, e também alguns caixeiros ou serventes (quase sempre escravos). E ainda manter credores e fornecedores regulares. Após tantos esforços para a compra da alforria, eles tinham que continuar acumulando recursos se quisessem alcançar mais essa façanha. Para os libertos africanos envolvidos no pequeno comércio, deixar as ruas e se estabelecer na Praça do Mercado eram formas efetivas de ascender (praticamente o topo para eles?) na hierarquia mercantil.

Percorrendo o interior do mercado, especialmente entre as décadas de 1830 e 1870, era possível encontrar imigrantes de Portugal oferecendo quase todo tipo de produto. Os brasileiros ficavam mais nos negócios de pescado. Já os africanos, e sobretudo os minas, concentravam-se nas vendas de legumes, verduras, aves e ovos. Nessa área, Emília do Patrocínio prosseguia com os negócios iniciado por seu marido Bernardo na banca 96. Logo ao lado, na vaga 95, sua amiga mina Antonia Rosa também dava continuidade aos negócios abertos por seu marido, o preto mina Januário Francisco de Mello. Quando Antonia deixou o local, em 1865, o mina Joaquim Manuel Pereira, segundo marido de Emília, tornou-se o novo inquilino, e ficou ali por mais de 20 anos. Para completar, a preta mina ainda firmou uma sociedade com Feliciano, africana da mesma “nação”. Ex-cativa do crioulo Antonio José de Santa Rosa, Feliciano trabalhara com seu senhor na banca 98 por pelo menos seis anos. Em 1846, com a morte de Santa Rosa, ela ganhou sua carta de alforria. E não hesitou em solicitar a posse da quitanda, onde labutou sozinha durante 5 anos. De 1852 a 1857, dividiu as vendas com Emília. Com o fim da sociedade, esta última manteve-se na barraca até 1885³².

Tanto esses africanos como os banqueiros de outras procedências costumavam transferir a posse das bancas para seus próprios conterrâneos e familiares. Quando um imigrante luso falecia, seu filho ou um patrício logo o substituíam. Ao saírem, os minas também davam lugar a outros africanos da mesma “nação”. Aparentemente semelhantes, essas práticas guardavam especificidades para cada grupo. Os portugueses, por exemplo, estavam habituados a estabelecer sociedades formais em suas vendas primordialmente com conterrâneos homens, com quem tinham algum parentesco consanguíneo (filhos, primos ou irmãos). Já os minas não registravam seus contratos de parcerias, mas trabalhavam junto com homens e mulheres da mesma procedência (os chamados “parentes de nação”), quase sempre seus próprios cônjuges. Em geral,

a um conto e quinhentos mil réis. AGCRJ, Códice 61-3-18: Comércio de peixe, pp. 6-8. Para os preços dos escravos, ver valores das alforrias pagas nesse período.

³² Seguindo pelo mesmo corredor, encontramos, lado a lado, outros pretos forros. Na banca 100, Maria Alexandrina Rosa, de “nação” angola, vendeu suas quitandas entre os anos de 1853 e 1859. Depois de passar para Joaquim José Leite & C. (de 1859-1862), o lugar foi ocupado pelo preto mina Amaro José de Mesquita até 1869. Já a mina Maria Rosa da Conceição ficou por 20 anos (de 1840 a 1860) nas bancas 102 e 103. Mais adiante, estavam mais africanos e africanas minas: Lauriana Maria da Conceição (104: de 1852 a 1858); Matias José dos Santos (106: de 1847 a 1858); Luiz Laville (107: 1859 a 1870) e João José Barbosa (108: 1842 a 1865).

apenas um deles (mais frequentemente, os homens) aparecia como titular da vaga e se colocava à frente das petições e demais documentos encaminhados à municipalidade. Mas – na labuta cotidiana – as atividades eram divididas entre os dois. O que, por certo, não escapava aos agentes da fiscalização e a outros trabalhadores da Praça.

Talvez por isso, na hora em que o locatário inscrito deixava a sociedade – geralmente por falecimento –, o pedido feito pelo companheiro (ou companheira) para continuar nos negócios era aprovado de forma automática. Nestas ocasiões, eles enfim apresentavam documentos comprobatórios. Não eram registros em cartórios atestando as relações comerciais, mas certidões de casamento, óbito, batismo ou testamentos. Será que, aos olhos dos avaliadores municipais, essas “provas” de suas uniões matrimoniais também equivaliam a comprovantes de suas parcerias profissionais? De uma forma ou de outra, essas práticas deixam entrever que, para esses ex-escravos, o casamento católico, o trabalho na Praça do Mercado (e não mais pelas ruas da cidade) e a entrada na irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia eram conquistas que, sobretudo quando combinadas, representavam uma espécie de salvo-conduto para uma vida de liberdade, estabilidade e respeito.

No Rio de Janeiro do século XIX, as pretas minas eram reconhecidas por sua altivez e autonomia. Como “exímias quitandeiras”, esquadrihavam com desenvoltura as ruas da cidade, mantinham sua freguesia no movimentado Mercado da Candelária e chegavam a formar “pequenas fortunas”. Pode ser que recriassem aqui experiências vividas – ou observadas e aprendidas com mães, tias e avós – em terras iorubás, embora quase sempre boa parte afirmasse não mais se lembrar dos parentes deixados do outro lado do Atlântico. Lá, as mulheres predominavam nos comércios locais e nas redes de mercados que se estendiam das pequenas aldeias às grandes cidades. Dominando essas negociações, conquistavam independência, autoridade e riqueza³³.

Nas sociedades iorubás do período pré-colonial, de acordo com o historiador nigeriano Toyn Falola, o trabalho cotidiano estava assim dividido: os homens ficavam responsáveis pela agricultura e pelo artesanato, e as mulheres, à frente da produção de alimentos e do comércio. Predominantemente femininas, as atividades mercantis se caracterizavam também por suas

33 Cf. GRAHAM, “Being yoruba in nineteenth-century Rio de Janeiro”; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “A ‘nação’ da mercancia: Condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900”. In: FARIAS, J. B., GOMES, Flávio S. & SOARES, op. cit; pp. 193-247. GOMES, Flávio & SOARES, Carlos E. L. “Dizem as quitandeiras’...: ocupações e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 2, julho/dezembro 2002, pp. 3-16; “Negras minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX”. In: SOARES, Mariza C. (org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana*, op. cit., pp. 191-224; FARIA, Sheila. *Sinhás pretas, damas mercadoras*.

múltiplas faces, refletindo os papéis sociais e geracionais que as mulheres desempenhavam³⁴. As recém-casadas e as mais idosas, por exemplo, só faziam suas vendas a partir de suas próprias casas, abastecendo a vizinhança e o comércio local, já que não podiam deixar seus lares para comparecer ao mercado. Já as demais, e sobretudo aquelas com filhos crescidos, eram presença dominante nos mercados, fossem diários, periódicos ou de longa distância. Monopolizando esse universo comercial, elas podiam enriquecer e, em consequência, desfrutar a importância sociopolítica associada às pessoas ricas, como colecionar títulos, formar seguidores e adquirir símbolos de status, como roupas e cavalos. Entretanto, ressalta o historiador Toyin Falola, a conexão entre mercado e poder era ainda mais ampla do que a relação entre riqueza e poder. Ao controlarem os mercados, as mulheres não só prosperavam e ganhavam mais prestígio social, como também assumiam os rituais e simbolismos ali envolvidos.³⁵

Entre os igbos, grupo étnico que ocupava áreas próximas aos iorubás, também se verificava esse protagonismo feminino nas atividades comerciais. Ao pesquisá-los na cidade de Nnobi, no estado de Anambra, Nigéria, desde o período pré-colonial (especialmente no século XIX) até tempos mais recentes, Ifi Amadiu observou uma organização do trabalho profundamente orientada pela divindade Idemili, “governante” e figura central no mito de origem de Nnobi. Por intermédio dele, contava-se que o primeiro homem a existir na cidade foi o caçador Aho, que logo conheceu Idemili, com quem se casou e teve uma filha chamada Edo, também muito bonita e trabalhadora. No dia de seu casamento, sua mãe a presenteou com um “pote de prosperidade”, que a tornou rica e influente. Apresentada aqui de forma bem resumida, esta história pode ser considerada uma alegoria do papel central da mulher naquela sociedade. Conforme assinala Amadiu, “o encontro do sobrenatural (a deusa Idemili) com o natural (o caçador Aho) é uma mulher trabalhadora – Edo”. Assim como ela, todas as mulheres em Nnobi também teriam herdado da deusa a perseverança, o empenho no trabalho e o “pote de prosperidade”.

Com exceção do cultivo de batata-doce, todo o resto da produção agrícola e as operações de compra e venda de gêneros desse tipo ficavam em mãos femininas. Enquanto os homens não

34 Oyèronké Oyewùmi assinala, em seu livro *La invención de las mujeres*, que o gênero não era um princípio organizador da sociedade iorubá antes da colonização ocidental. Nesse sentido também, a construção das mulheres como uma categoria foi um dos primeiros feitos do Estado colonial. E nesse processo, teria contado com a anuência dos homens iorubás, que assim se fizeram cúmplices. Cf. Cf. FALOLA, Toyin. “Gender, business and space control: yoruba market women and power”. In: EKECHI, Felix K. and HOUSE-MIDAMBA, Bessie (edits.). *African market women and economic power: the role of women in african economic development*. London: Greenwood Press, 1995, pp. 25-28; OYEWÙMI, Oyèronké. *La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá: Astrea, 2016.

35 Cf. FALOLA, Toyin. “Gender, business and space control: yoruba market women and power”. In: EKECHI, Felix K. and HOUSE-MIDAMBA, Bessie (edits.). *African market women and economic power: the role of women in african economic development*. London: Greenwood Press, 1995, pp. 25-28. BOWEN, Thomas Jefferson. *Central Africa. Adventures and Missionary Labors in several countries in interior of Africa, from 1849 to 1856*. New York: Negro Universities Press, 1969, citado em: GRAHAM, Sandra, “Being yoruba in nineteenth-century Rio de Janeiro”, p. 18.

cozinhavam e nem ofereciam qualquer coisa produzida pelas mulheres, estas comercializavam “produtos tipicamente masculinos”, o que lhes garantia maiores lucros e o monopólio das atividades mercantis. Desse modo, conclui a autora, o trabalho feminino era estrutural e extremamente valorizado nessa sociedade. Aquelas que não exerciam qualquer ofício eram desprezadas. Ao passo que um casamento com pessoas ricas não era garantia de enriquecimento. Na verdade, esperava-se que as mulheres se tornassem autossuficientes e obtivessem riqueza e prestígio por conta própria. No século XIX, era comum encontrar esposas mais bem-sucedidas que os maridos, inclusive ajudando-os financeiramente. Em alguns casos, elas ficavam tão prósperas e poderosas que os cônjuges passavam a ser conhecidos não mais pelos seus nomes, mas pelo fato de serem casados com mulheres eminentes.³⁶

De um jeito ou de outro, as minas da Praça do Mercado – e, de resto, muitas que igualmente quitandavam por ruas e mercados da cidade do Rio – também se destacavam pela determinação, por seu desembaraço e sucesso comercial. Possivelmente, essa distinção era fruto de heranças ou lembranças familiares que traziam consigo de suas terras iorubás, onde boa parte nascera ou de onde saíra ainda muito jovem. Ou mesmo do convívio com os nagôs da Bahia, local onde muitas inicialmente moraram ao desembarcar no Brasil. Ainda assim, para além desses legados ou recriações de tradições e práticas comerciais africanas, constatamos que as pretas minas – e também seus companheiros ou maridos – souberam, e bem, como manejar a “lei de branco” deste lado do Atlântico. Entre os minas que trabalhavam na Praça do Mercado e em outros espaços do Rio de Janeiro oitocentista, não havia uma rigidez na divisão das tarefas a serem feitas por homens e mulheres. Sozinhos ou em conjunto, pretas e pretos minas igualmente se ocupavam das vendas e quitandas.

Nesses arranjos, casar – e, se necessário, descasar – lhes afigurava como fundamental para uma vida de trabalho, segurança, respeito e liberdade. A historiadora Sheila de Castro Faria, ao analisar os testamentos e inventários de forras minas no Rio e em São João del Rei durante o século XVIII e a primeira metade do oitocentos, notou que boa parte delas preferia não se casar e ainda escolhia viver com uma outra *família*, formada com suas escravas e crias. Além de alforriá-las, tentavam lhes ensinar uma forma de vida mais adequada e ainda preservar seu patrimônio em mãos femininas.

Mas, para Emília e outras pretas minas do mercado, o casamento significava, entre tantas coisas, segurança e fortalecimento de um trabalho conjunto entre parceiros de nação. E isso era de tal modo importante que, quando alguma fenda simplesmente começava a desmanchar esses

36 AMADIEU, Ifi. *Male daughters, female husbands: gender and sex in African society*. London: Zed Books, 1987. Sobre as mulheres igbo, ver também o texto de Felix Ekechi, “Gender and economic power: the case of igbo market women of Eastern Nigeria”. EKECHI, Felix K. and HOUSE-MIDAMBA, Bessie (edits.). *African market women and economic power: the role of women in african economic development*. London: Greenwood Press, 1995, pp.41-58.

acordos tácitos, elas não hesitavam em rompê-los de vez. Para isso, contavam com um mecanismo que mal dispunham no continente africano. Entre os iorubás, os divórcios – desenrolados na esfera civil – raramente eram efetivados. E quando aconteciam, quase sempre beneficiavam os homens. Do lado de cá, as mulheres estavam à frente da maioria das ações de separação abertas na Justiça Eclesiástica. E entre as libertas africanas, havia um grande predomínio de minas pleiteando a separação de seus maridos, e muitos delas, quitandeiras no mercado.

Embora os africanos minas pudessem considerar muito desaforo a mulher querer “governar o marido”, como disse o mina Rufino Maria Balita, num processo de divórcio em 1856, no Brasil oitocentista, e em particular na cidade do Rio de Janeiro, o poder em suas uniões conjugais e relações familiares nem sempre tendiam para o lado masculino. Pelo contrário. Como em outros espaços da diáspora africana, a escravidão funcionava como uma espécie de alicerce para a construção de poder mais amplamente baseada no gênero. Nesse sentido, o sexo do senhor e do próprio escravo eram determinantes nas relações desiguais que iam se constituindo. Assim, ao mesmo tempo em que os proprietários não viam nenhum impedimento em controlar o corpo e estuprar suas escravas, os homens escravizados tinham sistematicamente negado o direito de exercer autoridade sobre seus filhos. Como assinala a historiadora Camillia Cowling, através do ventre das mulheres, o *partus sequitur ventrem*, o poder patriarcal dos senhores sobre os homens escravizados era, igualmente, reforçado³⁷.

Por outro lado, as mulheres cativas e libertas – e, especialmente, as africanas minas que vimos acompanhando até aqui – tinham primazia e independência em suas comunidades, sobressaindo no controle do pequeno comércio urbano e na aquisição bem-sucedida de suas cartas de alforria. De uma forma ou de outra, mesmo que, em geral, não se enquadrassem nos padrões de gênero e nas representações ideais impostas, ou esperadas, pela Igreja Católica e pela própria sociedade, elas sabiam como “governar” esses recursos a seu favor.

Com Emília Soares do Patrocínio cheguei à Praça do Mercado do Rio de Janeiro. E com seu segundo marido, o também mina Joaquim Manuel Pereira, despeço-me. Durante esse longo percurso, o ex-escravo africano, que conquistara sua alforria somente em 1851, na província do

37 Para uma discussão sobre as relações entre gênero, justiça e legislação no contexto da escravidão, especialmente no Rio de Janeiro e em Havana oitocentistas, ver o trabalho de Camillia Cowling: *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. Sobre as conexões entre escravidão na diáspora e relações de poder baseadas na categoria de gênero, ver, por exemplo: LERNER, Gerda. “Women and slavery”. *Slavery and Abolition* 4, n. 3, 1983, pp. 173-198; MORRISEY, Marietta. *Slave women in the New World: gender stratification in the Caribbean*. Lawrence, University Press of Kansas, 1989.

Espírito Santo, pairou como uma espécie de sombra de sua poderosa mulher. Embora vendesse quitandas a seu lado, inclusive como titular de uma das vagas, Emília sempre esteve à frente de negociações e solicitações junto à Câmara Municipal, comprou imóveis e escravos, e ainda concedeu liberdade a muitas cativas minas. Eles foram casados na Igreja Católica por mais de trinta anos, e como era de praxe, os bens e as dívidas que acumularam na vida em comum pertenciam aos dois em partes iguais. Mas a preta mina, que tinha mais experiência no “trato comercial”, era, de fato, a verdadeira “cabeça do casal”.

Em 1882, já adoentada, ela decidiu redigir suas últimas vontades e nomeou o marido como seu primeiro testamenteiro. Três anos depois, quando Emília faleceu de uma embolia cerebral, Joaquim ficou responsável pelo inventário dos bens e recebeu parte da herança, que – após todos os descontos – não chegou a 500 mil réis. Mas ele continuou, pelo menos até 1890 (quando, infelizmente, perdi seu rastro), vendendo aves, ovos, frutas e legumes nas bancas 95 e 96 do Mercado da Candelária. A seu lado, Ignácia Maria da Conceição, amiga para quem Emília deixou legado de um conto de réis, vendia legumes na quitanda 98, que também pertencera à finada preta mina. E ainda tinha o *chalet* da Praça das Marinhas, cuja posse Joaquim Manuel conquistara em 1887, como parte do patrimônio de outra amiga do casal, a baiana Izidra Maximiana³⁸. Nessa época, o africano desembarcado no Rio na tardia década de 1850 se transformara, enfim, num “negociante”, “casado e proprietário”, cujo passado escravo já estava esmaecido³⁹. Como último locatário da Costa da Mina que localizei em meio a tantos papéis e imagens, ele de alguma forma compartilhava, com sua discreta e, de certa forma, bem-sucedida trajetória, opções e vivências de seus “parentes de nação”, que por tantos anos também ocuparam diferentes bancas e áreas do mercado.

Saindo diretamente da África Ocidental, da Bahia ou de outras províncias brasileiras ainda bem jovens, esses homens e mulheres minas já nem se recordavam dos parentes que deixaram do outro lado do Atlântico. Ainda assim, ao aportarem na nova e estranha terra, não hesitaram em se juntar com aqueles que consideravam seus “irmãos”. Convivendo nas ruas,

38 Joaquim Manuel foi inventariante dos bens de Izidra, e quando eles foram à praça, ele decidiu ficar com a posse do *chalet* 45, na Praça das Marinhas (chamada, no documento, de “Praia do Peixe”, como nos seus velhos tempos). E ainda se tornou tutor da menor Leonor, ex-escrava a quem Izidra deixou seus bens. No testamento da baiana, ele foi descrito da seguinte forma: “Joaquim de tal, comércio de pombeiro à Praça do Mercado, o qual é morador na rua da Lampadosa e é casado com Emília”. Cf. *Almanak Laemmert*, edições da década de 1880; Testamento de Emília Soares do Patrocínio, anexado a seu inventário. AN, Inventário de Emília Soares do Patrocínio, n. 258, Caixa 361, Galeria A, 1885, pp. 7-8; AN, Inventário de Izidra Maria Maximiana, notação 783, Caixa 4266, 1887.

39 Cf. GRAHAM, “Being yoruba in nineteenth-century Rio de Janeiro”; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “A ‘nação’ da mercancia: Condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900”. In: FARIAS, J. B., GOMES, Flávio S. & SOARES, op. cit; pp. 193-247. GOMES, Flávio & SOARES, Carlos E. L. “‘Dizem as quitandeiras’... : ocupações e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 2, julho/dezembro 2002, pp. 3-16; “Negras minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX”. In: SOARES, Mariza C. (org.) *Rotas atlânticas da diáspora africana*, op. cit., pp. 191-224; FARIA, Sheila. *Sinhás pretas, damas mercadoras*.

onde carregavam e vendiam todo tipo de mercadorias, em sobrados, casas de cômodos, nos largos, mercados ou igrejas do Rio de Janeiro, eles reconheciam que eram de uma mesma “terra”, quase sempre falavam – nem que fossem algumas palavras – da língua iorubá e veneravam os mesmos deuses. Como estavam em minoria entre os demais africanos do Rio de Janeiro, apostavam nessa união, na formação dessa nova “família”. Embora essa designação lhes tenha sido imposta, ao se reagruparem e se assumirem como minas, eles se fortaleciam e reduziam as dificuldades que possivelmente encontrariam se optassem por identificações diferenciadas. É certo que essas relações não estavam destituídas de conflitos. Ainda assim, as identidades e solidariedades que construídas no Rio de Janeiro foram fundamentais para a visibilidade e a preeminência que angariaram nos diversos mercados da cidade. Não foi por acaso, portanto, que – ao se despedir, em princípios do século XX, do principal espaço mercantil do Rio – o oculo redator da *Gazeta de Notícias* chamasse à memória a “última preta mina” da Praça.

Referências

AMADIEU, Ifi. *Male daughters, female husbands: gender and sex in African society*. London: Zed Books, 1987.

BOWEN, Thomas Jefferson. *Central Africa. Adventures and Missionary Labors in several countries in interior of Africa, from 1849 to 1856*. New York: Negro Universities Press, 1969.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

COWLING, Camillia Cowling. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

EKECHI, Felix K. and HOUSE-MIDAMBA, Bessie (edits.). *African market women and economic power: the role of women in african economic development*. London: Greenwood Press, 1995.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil, ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

FALOLA, Toyn. “Gender, business and space control: yoruba market women and power”. In: EKECHI, Felix K. and HOUSE-MIDAMBA, Bessie (edits.). *African market women and economic power: the role of women in african economic development*. London: Greenwood Press, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey (1700-1850)*. Tese de Professor Titular defendida junto ao Departamento de História da UFF, Niterói, 2004.

FARIAS, Juliana Barreto. “Ser escrava de ex-escravos: ensino de história, historiografia e “temas sensíveis”. In: Giovana Xavier. (Org.). *Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Fino Traço MC&G Editorial, 2016, p. 213-229.

_____. *Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Rio de

Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015.

_____. “De escrava a Dona: a trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX”. *Locus*, revista de História, Juiz de Fora, vol. 18, n.02, p. 13-40, 2013.

_____. “Fortunata et João José ‘parents de nation’. Mariage et divorce chez lês Africains de l’ouest à Rio de Janeiro au XIXe siècle”. *Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, n° 1, mai 2012, pp.79-102.

_____. “Pombeiros e o pequeno comércio no Rio de Janeiro do século XIX”. In: SOARES, Mariza de Carvalho e BEZERRA, Nielson Bezerra (orgs.). *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVI-XIX)*. Niterói: Eduff, 2011.

FARIAS, J. B; GOMES, Flávio dos Santos & SOARES, Carlos E. L. *No labirinto das nações: Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOMES, Flávio & SOARES, Carlos E. L. “Dizem as quitadeiras’... : ocupações e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n° 2, julho/dezembro 2002, pp. 3-16.

GORBERG, Samuel & FRIDMAN, Sérgio. *Mercados no Rio de Janeiro: 1834-1962*. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAW, Robin. “Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo ‘mina’”. *Tempo*, UFF, Niterói, vol. 10, n. 20, jan-jun/2006.

LERNER, Gerda. “Women and slavery”. *Slavery and Abolition* 4, n. 3, 1983, pp. 173-198.

MANIGONIAN, Beatriz. “Do que o preto mina é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, pp. 71-95.

MORRISEY, Marietta. *Slave women in the New World: gender stratification in the Caribbean*. Lawrence, University Press of Kansas, 1989.

OLIVEIRA, Maria Inês. “Quem eram os negros da ‘Guiné’? A origem do A origem dos africanos da Bahia. *Afro-Ásia*, n.19/20, 1997, pp. 37-73.

OYEWÙMI, Oyèronké. *La invencion de las mujeres:una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá: Astrea, 2016.

PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 27-29.

SOARES, Mariza. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza C. “From Gbe to Yoruba: Ethnic change and the mina nation in Rio de Janeiro”. In: CHILDS, Matt D. & FALOLA, Toyin (eds.) *The yoruba diaspora in the Atlantic world*.

Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004, pp. 231-247.

SOUZA, Vitor Leandro de. *Mercado Central do Rio de Janeiro: modernidades e resistências cotidianas nas primeiras décadas da República*. Dissertação de Mestrado em História Social, UFRJ, 2015.

